Perspectivas do Sul Global

Perspectives from the Global South

Perspectivas del Sur Global

Regina Ungerer, Erica Kastrup, Rychard L. Monteiro e Barbara C. Nogueira

Resumo: No FfD Forum 2026, o UNOSSC articulou parcerias estratégicas para converter o Compromisso de Sevilha em ações práticas. Destacaram o fortalecimento da cooperação triangular com Portugal, focado em dados baseados em evidências e na Economia Azul e a colaboração com o Azerbaijão, visando a 13ª Sessão do Fórum Urbano Mundial, a ser realizada em Baku em maio e a expansão de serviços públicos inovadores através de modelos de governança compartilhada. Em 4 reuniões da AGNU, o G-77 e a China intensificaram a pressão pela reforma da arquitetura financeira internacional, classificando como inaceitável a estagnação da ajuda externa. O grupo exigiu a implementação imediata do Compromisso de Sevilha para sanar o déficit anual de 4 trilhões de dólares no financiamento dos ODS. As prioridades incluem a democratização da governança no FMI e Banco Mundial, a criação de mecanismos justos para dívidas soberanas e o fim de medidas coercitivas unilaterais, reafirmando a erradicação da pobreza como o desafio central e inegociável. O MNA desafiou as normas financeiras e climáticas vigentes. Na Conferência de Santa Marta na Colômbia, o grupo estabeleceu metas soberanas para a transição energética vinculadas à segurança alimentar, enquanto, em outro evento, a delegação de Cuba denunciou sanções e dívidas como violações diretas ao Direito ao Desenvolvimento. No Fórum da Juventude do ECOSOC, o NAMYO enfatizou a ação contraminas como um alicerce tecnológico e humanitário indispensável para a reconstrução urbana e a promoção de uma paz positiva. O Brasil consolidou sua liderança na cooperação Sul-Sul através de resultados tangíveis em múltiplas frentes. Os destaques do período incluem a abertura de novos mercados agropecuários na Ásia e África, o aprimoramento da governança pública em parceria com Angola e avanços significativos na resiliência climática em Moçambique e na América Central. Através da atuação da Embrapa e da Rede de Alimentação Escolar (RAES), o país reafirmou seu papel como exportador de soluções para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural sustentável. O Centro Sul pautou o debate multilateral com foco na justiça sistêmica e na soberania regulatória. Evidenciou os danos humanitários das sanções unilaterais, exigindo mecanismos de reparação internacional. Paralelamente, submeteu contribuições à ONU reivindicando a reforma do sistema de solução de controvérsias entre investidores e Estados (ISDS) e o redirecionamento de gastos militares para o desenvolvimento social. No campo técnico, defendeu as flexibilidades do Acordo TRIPS para a soberania farmacêutica na África e insistiram por um sistema de repartição de benefícios (PABS) justo no novo tratado de pandemias da OMS.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

Abstract: *At the 2026 FfD Forum, UNOSSC articulated strategic partnerships to translate the Seville Commitment into practical actions. Key highlights included the strengthening of triangular cooperation with Portugal—focusing on evidence-based data and the Blue Economy—*

and collaboration with Azerbaijan, targeting the 13th Session of the World Urban Forum to be held in Baku this May, alongside the expansion of innovative public services through shared governance models. Across four UNGA meetings, the G-77 and China intensified pressure for the reform of the international financial architecture, labelling the stagnation of foreign aid as unacceptable. The group demanded the immediate implementation of the Seville Commitment to address the annual $4 trillion SDG financing gap. Priorities include democratizing governance within the IMF and World Bank, establishing fair mechanisms for sovereign debt, and ending unilateral coercive measures, reaffirming poverty eradication as the central and non-negotiable challenge. The NAM challenged prevailing financial and climatic norms. At the Santa Marta Conference in Colombia, the group established sovereign energy transition goals linked to food security, while in another meeting, the Cuban delegation denounced sanctions and debt as direct violations of the Right to Development. At the ECOSOC Youth Forum, NAMYO emphasized mine action as an indispensable technological and humanitarian foundation for urban reconstruction and the promotion of positive peace. Brazil consolidated its leadership in South-South cooperation through tangible results across multiple fronts. Highlights of the period include the opening of new agricultural markets in Asia and Africa, the enhancement of public governance in partnership with Angola, and significant advances in climate resilience in Mozambique and Central America. Through the efforts of Embrapa and the School Feeding Network (RAES), the country reaffirmed its role as an exporter of solutions for food security and sustainable rural development. The South Centre guided the multilateral debate with a focus on systemic justice and regulatory sovereignty. It highlighted the humanitarian toll of unilateral sanctions, calling for international reparation mechanisms. Parallel to this, it submitted contributions to the UN advocating for the reform of the Investor-State Dispute Settlement (ISDS) system and the redirection of military spending toward social development. On the technical front, it defended TRIPS Agreement flexibilities for pharmaceutical sovereignty in Africa and urged for a fair and equitable Pathogen Access and Benefit-Sharing (PABS) system within the new WHO Pandemic Treaty.

Keywords: *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. Centro Sul.*

Resumen: *En el Foro FfD 2026, la UNOSSC articuló alianzas estratégicas para convertir el Compromiso de Sevilla en acciones prácticas. Se destacó el fortalecimiento de la cooperación triangular con Portugal enfocada en datos basados en evidencia y en la Economía Azul y la colaboración con Azerbaiyán, con miras a la 13ª Sesión del Foro Urbano Mundial, que se celebrará en Bakú en mayo, así como la expansión de servicios públicos innovadores mediante modelos de gobernanza compartida. En el marco de cuatro reuniones de la AGNU, el G-77 y China intensificaron la presión para la reforma de la arquitectura financiera internacional, calificando de inaceptable el estancamiento de la ayuda exterior. El grupo exigió la implementación inmediata del Compromiso de Sevilla para subsanar el déficit anual de 4 billones de dólares en la financiación de los ODS. Las prioridades incluyen la democratización de la gobernanza en el FMI y el Banco Mundial, la creación de mecanismos justos para las deudas soberanas y el fin de las medidas coercitivas unilaterales, reafirmando la erradicación de la pobreza como el desafío central e irrenunciable. El MNA desafió las normas financieras y climáticas vigentes. En la Conferencia de Santa Marta en Colombia, el grupo estableció metas soberanas para la transición energética vinculadas a la seguridad alimentaria, mientras que, en otro evento, la delegación de Cuba denunció las sanciones y las deudas como violaciones directas al Derecho al Desarrollo. En el Foro de la Juventud del ECOSOC, la NAMYO enfatizó la acción contra las minas como un pilar tecnológico y humanitario indispensable para la reconstrucción*

urbana y la promoción de una paz positiva. Brasil consolidó su liderazgo en la cooperación Sur-Sul mediante resultados tangibles en múltiples frentes. Los hitos del periodo incluyen la apertura de nuevos mercados agropecuarios en Asia y África, la mejora de la gobernanza pública en alianza con Angola y avances significativos en la resiliencia climática en Mozambique y América Central. A través de la actuación de Embrapa y de la Red de Alimentación Escolar (RAES), el país reafirmó su papel como exportador de soluciones para la seguridad alimentaria y el desarrollo rural sostenible. El Centro Sur orientó el debate multilateral con un enfoque en la justicia sistémica y la soberanía regulatoria. Se evidenciaron los daños humanitarios de las sanciones unilaterales, exigiendo mecanismos de reparación internacional. Paralelamente, presentó contribuciones a la ONU reivindicando la reforma del sistema de solución de controversias entre inversores y Estados (ISDS) y el redireccionamiento del gasto militar hacia el desarrollo social. En el ámbito técnico, defendió las flexibilidades del Acuerdo sobre los ADPIC (TRIPS) para la soberanía farmacéutica en África e insistió en un sistema de distribución de beneficios (PABS) justo en el nuevo tratado de pandemias de la OMS.

Palabras clave: *Cooperación Sur-Sur. ONUSC. G-77 y China. Movimiento de Países No Alineados. Centro Sur.*

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A COOPERAÇÃO SUL-SUL (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques

20 a 24 de abril de 2026 - Fórum FfD 2026 do ECOSOC

O FfD Forum 2026 (financiamento para o desenvolvimento) é um processo intergovernamental oficial, organizado e convocado anualmente pelo Conselho Econômico e Social da ONU – ECOSOC. Pode-se dizer que é o momento da "prestação de contas" global.

Este ano, este Fórum é o primeiro grande encontro após a FfD4 que foi realizado de 30 de junho a 3 de julho de 2025 em Sevilha e teve o objetivo de verificar se as promessas de financiamento para a Agenda 2030 estão sendo cumpridas.

Os Eixos Principais do Fórum 2026

1. O Déficit de 4 Trilhões de Dólares O tema central foi a urgência financeira. O Secretário-Geral da ONU abriu o fórum alertando que o hiato de financiamento para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) chegou a **4 trilhões de dólares por ano**. O fórum discutiu soluções para cobrir este déficit, que asfixia principalmente as economias do Sul Global.

2. A Ofensiva do G-77 e China O Grupo teve uma postura muito firme nesta semana (ver na sessão do G-77 e da China neste informe), especialmente no que se refere à:

- **Crítica à Ajuda Externa:** O grupo classificou como "inaceitável" a queda na Assistência Oficial ao Desenvolvimento (**ODA**) e exigiu que os países ricos parem de usar crises internas como desculpa para cortar ajuda aos países em desenvolvimento.
- **Reforma de Bretton Woods:** Há uma pressão direta sobre o FMI e o Banco Mundial para que mudem suas regras de governança, dando mais poder de voto aos países em desenvolvimento.
- **Justiça na Dívida:** O Grupo defendeu a criação de um mecanismo dentro da ONU para renegociar dívidas soberanas, evitando que países tenham que escolher entre pagar juros de empréstimos ou investir em saúde e educação.

3. Inovação e a "Feira de Investimentos" Enquanto as reuniões políticas ocorreram nas salas principais, a Feira de Investimento para os ODS movimentou milhares de pessoas que passavam pelos corredores da ONU. Nela, países apresentaram projetos concretos (em áreas como energia limpa e saneamento) para tentar atrair investidores privados e bancos de desenvolvimento, tentando viabilizar o chamado financiamento misto (*blended finance*).

Este ano, o FfD Forum 2026 focou em evidências e métricas.

UNOSSC e FfD Forum 2026

Durante o FfD Forum 2026, o UNOSSC desempenhou um papel estratégico ao garantir o alinhamento técnico com as demandas de reforma sistêmica apresentadas pelo G-77 e China. Enquanto o G-77, como grupo político, pressionava por mudanças na governança financeira global, o UNOSSC atuou na linha de frente para mitigar os impactos da queda acentuada da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA).

Essa atuação operacional se concentrou na mediação entre bancos de desenvolvimento e na promoção ativa da plataforma **South-South Galaxy**, utilizada para conectar projetos do Sul Global a fontes alternativas de recursos. Ao fomentar o uso de evidências e soluções escaláveis, o UNOSSC trabalhou para transformar as diretrizes do Compromisso de Sevilha em mecanismos práticos, assegurando que a cooperação técnica e financeira entre os países em desenvolvimento ofereça respostas concretas à asfixia econômica e aos desafios da Agenda 2030.



21 de abril de 2026 – De Sevilha a Nova Iorque: Fortalecendo as Capacidades de Financiamento para o Desenvolvimento

Nesta reunião paralela, a Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib juntou-se à Missão Permanente da Itália na ONU, à OCDE e à Missão Permanente do Quênia com o objetivo de discutir e reforçar as parcerias para concretizar a Plataforma de Ação de Sevilha.

Nas palavras da Diretora do UNOSSC, para alcançar resultados, é necessário passar de compromissos para o desenvolvimento de capacidades em larga escala, coordenado e orientado pela demanda, abordando as lacunas persistentes na gestão do complexo cenário atual do financiamento do desenvolvimento.



21 de abril de 2026 - 10º Encontro Internacional sobre Cooperação Triangular

A Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, reuniu-se com a Embaixadora Florbela Paraíba, Presidente do Instituto Camões, durante o FfD 2026, para discutir as prioridades para o próximo 10º Encontro Internacional sobre Cooperação Triangular em Lisboa, a ser realizado em outubro de 2026.

Discutiram também a ampliação de um projeto de Economia Azul, destacando a importância das parcerias, das evidências e das soluções escaláveis para o desenvolvimento sustentável.

No informe passado, trouxemos a Iniciativa **"Da evidência ao impacto: um apelo global à cooperação triangular"** lançada em 14 de abril.

Esta iniciativa se estabelece como um marco estratégico para consolidar a cooperação triangular como um pilar central na agenda de desenvolvimento global. Liderada de forma conjunta pelo UNOSSC, pela OCDE e pelo Governo de Portugal, por intermédio do Instituto Camões, a iniciativa busca superar a fragmentação de dados no setor, transformando evidências concretas em ações eficazes.

O ano de 2026 está sendo considerado pelo UNOSSC, pela OCDE e pelo Instituto Camões como o "ano de maior visibilidade, evidência e voz para a cooperação triangular" e um dos pilares discutidos entre a Diretora Dima Al-Khatib e a Embaixadora Florbela Paraíba foi o reforço das evidências para tornar as soluções escaláveis, como o objetivo de recolher histórias de projetos, avaliações e lições aprendidas para fortalecer a tomada de decisão baseada em evidências, que serão apresentadas justamente no 10º Encontro Internacional em Lisboa.

Projeto de Economia Azul

O projeto de **Economia Azul** (ou *Blue Economy*) é uma das áreas prioritárias onde a colaboração técnica entre Portugal e o UNOSSC tem gerado resultados práticos para o Sul Global. Este projeto foca na gestão sustentável dos recursos oceânicos para o crescimento econômico, melhoria dos meios de subsistência e preservação da saúde dos ecossistemas.

Portugal se posiciona estrategicamente como um parceiro facilitador (país pivô) na cooperação triangular, utilizando a sua vasta experiência em economia do mar para apoiar países em desenvolvimento. Tem utilizado sua influência na CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e o seu papel na UE para conectar África e América Latina com soluções de inovação oceânica.

Por intermédio do Instituto Camões, o governo português, financia a "Janela de Cooperação Triangular" dentro do UNOSSC, que destina fundos específicos para projetos de Economia Azul.

Exemplos Práticos do Projeto "Economia Azul"

A iniciativa atual, intitulada " *Conectando conhecimento para a resiliência costeira*", envolve quatro países principais: Angola, Chile, Jamaica e Portugal.

O projeto explora como o ensino superior e a investigação científica podem ajudar comunidades costeiras a navegar pelas alterações climáticas. Inclui o compartilhamento de

tecnologia portuguesa em biotecnologia azul (ex: derivados de algas para nutrição animal sustentável) e digitalização portuária para países africanos e caribenhos. Há também um componente de empoderamento jovem e de mulheres na gestão da economia azul local.

Programa de Bolsas para os Oceanos das Nações Unidas em Portugal

Está agendado para o período de 17 a 22 de maio de 2026 o Programa de Bolsas para os Oceanos das Nações Unidas, que será uma sessão de capacitação intensiva em Lisboa para formar uma nova geração de líderes oceânicos do Sul Global, consolidando a promessa de transformar "evidências em impacto" feita na reunião “Da evidência ao impacto: um apelo global à cooperação triangular” lançada em 14 de abril.



22 de abril de 2026 - Fórum ECOSOC sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD)

No debate geral do Fórum, Portugal reafirmou seu papel estratégico na vanguarda do financiamento ao desenvolvimento ao apresentar três iniciativas concretas que buscam modernizar a forma como a cooperação internacional é medida e executada.

O primeiro destaque foi o lançamento de um estudo piloto sobre o programa "Ir Além do PIB" (*Beyond GDP*). Portugal defende que o Produto Interno Bruto, isoladamente, não reflete as vulnerabilidades reais das nações, especialmente as do Sul Global. Ao aplicar métricas de bem-estar, sustentabilidade e desigualdade social em sua própria cooperação para o desenvolvimento, o governo português busca criar um modelo de ajuda externa mais sensível às necessidades humanas e ambientais, servindo de exemplo para outros doadores da OCDE.

Complementando essa visão, o país avançou na operacionalização do Índice de Vulnerabilidade Multidimensional (MVI). Portugal tem sido um defensor da reforma que permite que países de renda média, frequentemente excluídos de financiamentos concessionais, possam acessar juros mais baixos e prazos mais longos com base em suas vulnerabilidades específicas (como crises climáticas ou choques externos), e não apenas em sua renda *per capita*.

Por fim, o anúncio de um apelo à ação sobre dados de cooperação triangular, intimamente ligada ao trabalho conjunto com o UNOSSC, visa padronizar e qualificar a coleta de dados sobre parcerias que envolvem beneficiários, parceiros principais e facilitadores. O objetivo é provar, por meio de números e evidências robustas, que a cooperação triangular não é apenas um complemento à cooperação tradicional, mas um motor essencial para o desenvolvimento sustentável e para a resiliência da Economia Azul, setor onde Portugal exerce liderança técnica reconhecida.



23 de abril de 2026 - Azerbaijão e UNOSSC no FfD 2026

A participação do Azerbaijão neste FfD foi bastante estratégica pois o país é um doador emergente e será a sede da 13ª Sessão do Fórum Urbano Mundial) (WUF13) a ser realizada em Baku entre 17 e 22 de maio próximo. Esta é a principal conferência mundial sobre urbanização sustentável, organizada pela ONU-Habitat.

As discussões entre Dima Al-Khatib, diretora do UNOSSC e a AID Azerbaijan foram marcadas por discussões para transformar o Azerbaijão de um receptor de ajuda em um parceiro facilitador.

O país tem utilizado o ASAN Service **(**Agência Estatal para Serviços ao Cidadão e Inovações Sociais) que é um modelo premiado do Azerbaijão de "balcão único" para serviços públicos. É um dos principais exemplos de inovação em governança sendo uma ferramenta de "soft power", compartilhando sua tecnologia de digitalização de serviços públicos com países da África e da Ásia Central. A contribuição do UNOSSC pode ajudar o Azerbaijão a escalar essas soluções para mais nações se tornando um exportador de Cooperação Sul-Sul.

Rumo ao WUF13 em Baku - Como sede do próximo Fórum Urbano Mundial, o Azerbaijão quer destacar como as cidades do Sul Global podem ser financiadas e reconstruídas de forma resiliente. O tema central será "Habitação para o mundo: Cidades e comunidades seguras e resilientes", e a parceria com o UNOSSC garantirá que a Cooperação Triangular (envolvendo um terceiro parceiro ou agência multilateral) seja parte da solução.

Ao apresentar sua experiência no FfD 2026, o Azerbaijão fortaleceu sua posição como um parceiro confiável que não apenas doa recursos, mas oferece modelos de gestão que podem ser adaptáveis e de baixo custo para outros países em desenvolvimento, o que se alinha perfeitamente à plataforma *South-South Galaxy* do UNOSSC.

Brasil na cooperação Sul-Sul em saúde - Fiocruz na cooperação Sul-Sul

24 de abril de 2026 –Brasil e FAO lançam Ciclo de Intercâmbios 2026 para fortalecer a alimentação escolar na região – inscrições de 13 a 30 de abril de 2026



No âmbito da Rede de Alimentação Escolar (RAES), foi lançado oficialmente o Ciclo de Intercâmbios 2026, uma iniciativa estratégica voltada ao fortalecimento das capacidades técnicas de profissionais e equipes que atuam nos programas de alimentação escolar em toda a América Latina e no Caribe. Esta ação é coordenada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em parceria estreita com o Governo do Brasil, por meio da atuação conjunta da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O programa foi desenhado para enfrentar os desafios contemporâneos da gestão pública, concentrando-se em temas centrais como a governança dos sistemas alimentares, o fortalecimento dos marcos normativos e o aprimoramento dos processos de compras públicas, com foco especial na integração da agricultura familiar aos cardápios escolares para fomentar a economia local.

A atividade reflete a complexidade e a intersetorialidade necessárias para o sucesso da segurança alimentar nas escolas, sendo destinada a um público abrangente que inclui gestores e técnicos vinculados a programas nacionais e locais, bem como profissionais de ministérios e instituições das áreas de Educação, Agricultura, Saúde, Economia e Desenvolvimento Social.

De acordo com o cronograma de divulgação, as inscrições para este ciclo de capacitação ocorrem de 13 a 30 de abril de 2026, devendo ser realizadas por meio do portal oficial da iniciativa em www.intercambiopae2026.org.

As atividades serão totalmente gratuitas, com conteúdos ministrados em espanhol para assegurar a integração regional, e têm realização prevista para o período de 11 de maio a 19 de junho de 2026. Com este lançamento, o Brasil e a FAO consolidam a RAES como o principal fórum de inteligência coletiva para a alimentação escolar nas Américas, promovendo a troca de experiências que garantem não apenas a saúde dos estudantes, mas também o fortalecimento institucional dos países parceiros.

Para saber mais, clique aqui.



21 e 22 de abril de 2026 – Resiliência Climática na América Central: A Consolidação do ZARC no Corredor Seco

No marco da cooperação Sul-Sul trilateral, o governo brasileiro, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), concluiu com sucesso o projeto de implementação do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) em países do Corredor Seco (Guatemala, El Salvador e Honduras).

O Corredor Seco é uma das regiões mais vulneráveis do mundo às mudanças climáticas, sofrendo com secas severas e irregularidade de chuvas que ameaçam diretamente a segurança alimentar de milhões de pessoas. A introdução do ZARC, uma tecnologia brasileira de ponta, permite que os agricultores identifiquem com precisão científica as melhores janelas de plantio, minimizando as chances de perda de safra por eventos climáticos adversos.

O encerramento oficial do projeto, realizado nos dias 21 e 22 de abril de 2026, na Cidade da Guatemala, apresentou números que demonstram a escala da transformação, considerando que mais de 130 técnicos locais foram capacitados para operar a metodologia, garantindo a sustentabilidade da ferramenta após a saída das equipes brasileiras.

O projeto contribuiu para o desenvolvimento de mais de 190 mapas de risco, que agora servem como base para o planejamento agrícola do Governo da Guatemala e para a concessão de crédito rural nos três países.

A implementação de 120 parcelas piloto - (unidades experimentais de cultivo estabelecidas diretamente no campo para testar e validar, na prática, as recomendações científicas do Zoneamento Agrícola de Risco Climático) - permitiu ajustar as janelas de plantio na prática, comprovando a eficácia do sistema em reduzir as perdas por seca.

O ZARC como Instrumento de Política Pública

Mais do que uma ferramenta técnica, o ZARC foi integrado às políticas de gestão de risco climático desses países. Ele funciona como um guia para que o pequeno produtor saiba exatamente quando semear, reduzindo a vulnerabilidade econômica e a migração forçada causada pela fome no campo.

Para saber mais, clique aqui e aqui.



13 e 14 de abril de 2026 – Integridade e Governança: A Aliança Institucional CGU-IGAE

A Controladoria-Geral da União (CGU) recebeu em Brasília uma delegação de alto nível da Inspeção Geral da Administração do Estado (IGAE) de Angola. Este intercâmbio marcou um novo capítulo na cooperação bilateral, elevando a governança pública ao centro da agenda entre Brasil e Angola. O objetivo foi transformar os órgãos de controle em motores de eficiência e guardiões da integridade administrativa.

Inovação no Controle e Auditoria Governamental

O encontro focou na transição da auditoria tradicional para o controle preventivo. Foram debatidas inovações como o uso de inteligência artificial na detecção de desvios e o compartilhamento de metodologias de auditoria governamental. Para Angola, o modelo brasileiro de transparência — como o **Portal da Transparência** — serve de referência para otimizar o gasto público e fortalecer a confiança dos cidadãos e de investidores estrangeiros nas instituições estatais.

Prevenção à Corrupção e Mecanismos de Integridade

As discussões avançaram sobre a implementação de Programas de Integridade e canais de denúncia eficazes. A CGU compartilhou sua expertise na criação de mecanismos de proteção ao denunciante e na promoção da ética no serviço público. Ambas as instituições reconheceram que instituições de controle fortes são instrumentos indispensáveis para a estabilidade democrática e para a eficácia das políticas públicas.

Rumo ao Protocolo de Cooperação Permanente

O ponto alto da visita foi o início das tratativas para o estabelecimento de um Protocolo de Cooperação Técnica formal entre a CGU e a IGAE. Este protocolo visa consolidar uma colaboração continuada, com foco em:

- Capacitação técnica de inspetores e auditores angolanos;

- Intercâmbio de tecnologias de monitoramento de contas públicas;
- Criação de fóruns permanentes de integridade no âmbito da cooperação Sul-Sul.

CONTEXTO

Esta ação expande a cooperação brasileira além das áreas técnicas (como saúde e agricultura), entrando no cerne da administração estatal.

A Inspeção Geral de Angola é o braço direito da Presidência para garantir que os recursos do Estado sejam bem aplicados. A parceria com a CGU dá a Angola ferramentas para acelerar suas reformas administrativas internas.

Em um cenário de recursos escassos, o foco na "eficiência do gasto público" é o argumento central para justificar o fortalecimento desses órgãos junto à sociedade.

Para saber mais, clique aqui e aqui.



9 e 10 de abril de 2026 – 4º Encontro das Américas e do Caribe sobre Transformação de Sistemas Alimentares (com apresentação do InovaSAN)

A participação do Brasil no 4º Encontro das Américas e do Caribe sobre Transformação de Sistemas Alimentares, realizado na Cidade do Panamá, reafirma o protagonismo do país na implementação da Agenda 2030. O encontro serviu para operacionalizar o Balanço da Cúpula das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares +4 (UNFSS+4), traduzindo compromissos globais em planos nacionais de ação que integrem sustentabilidade e nutrição.

A delegação interministerial brasileira focou em dois eixos críticos: a criação de mecanismos inovadores de financiamento para sistemas alimentares e a articulação entre governos, setor privado e sociedade civil. O objetivo foi garantir que a transformação dos sistemas de produção de alimentos seja economicamente viável para o pequeno produtor e socialmente justa para o consumidor final.

O Projeto InovaSAN: Vitrine de Inovação Brasileira

O ponto alto da agenda bilateral foi a apresentação do projeto InovaSAN (Inovação em Segurança Alimentar e Nutricional). Coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e o Centro de Excelência contra a Fome do PMA (Programa Mundial de Alimentos), o projeto foca em três pilares estratégicos:

- Agricultura Familiar: Fortalecimento da base produtiva com tecnologia e assistência técnica.
- Compras Públicas: Utilização do poder de compra do Estado (inspirado no modelo do PAA e PNAE) para garantir mercado aos pequenos produtores.
- Redução de Desperdício: Implementação de tecnologias logísticas e de conservação para diminuir as perdas ao longo da cadeia de suprimentos.

Para saber mais, clique aqui.

08 de abril de 2026 – Expansão Comercial e Diplomacia Agrícola: Novos Mercados na África, Ásia e Américas

Na esfera econômica e comercial, o Brasil registrou avanços extraordinários em abril de 2026, consolidando a estratégia de diversificação de destinos para o agronegócio nacional. Por meio de um esforço coordenado entre o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), o governo brasileiro concluiu negociações que abrem frentes estratégicas no Vietnã, na Etiópia, em Angola e em El Salvador.

Ásia: Valorização do Portfólio no Vietnã

No **Vietnã**, a abertura do mercado para pés e miúdos suínos representa um salto qualitativo para a indústria brasileira, permitindo o aproveitamento integral da carcaça do animal e atendendo a uma demanda cultural e econômica específica do sudeste asiático. Este avanço ocorre sobre uma base sólida: em 2025, o Vietnã importou mais de USD 3,5 bilhões do Brasil, consolidando-se como um parceiro essencial para o complexo soja, milho e fibras.

África: Genética em Angola e Soberania na Etiópia

O continente africano permanece como prioridade na diplomacia agrícola brasileira:

Angola: A autorização para exportação de oócitos ovinos e caprinos inaugurou uma nova fase de cooperação técnica voltada à genética animal. Mais do que comércio, o Brasil contribui diretamente para o melhoramento da pecuária angolana, país que já absorveu mais de USD 380 milhões em produtos brasileiros no último ano.

Etiópia: A abertura de mercado para produtos agropecuários neste país que é a sede da União Africana e membro do BRICS+, fortalece a segurança alimentar local e aprofunda os vínculos econômicos no Leste Africano, criando um corredor de confiança sanitária em uma região de rápido crescimento demográfico.

Américas: Fortalecimento em El Salvador

Na América Central, o destaque foi a abertura de mercado em El Salvador para a carne de frango termo processada. A medida reforça a presença nacional em um mercado que já movimentou mais de USD 103 milhões em 2025 e sinaliza uma aproximação comercial mais estreita com os países centro-americanos, baseada em produtos de maior valor agregado.

Com estes novos anúncios, o agronegócio brasileiro atinge a marca histórica de 578 aberturas de mercado desde o início de 2023. Este resultado não reflete apenas a eficiência produtiva, mas a eficácia da diplomacia agrícola em converter diálogos técnicos e sanitários em oportunidades reais de exportação.

As aberturas de mercado reforçam a articulação entre a cooperação técnica e a promoção comercial, garantindo que o Brasil atue não apenas como fornecedor de alimentos, mas como um parceiro estratégico para a segurança alimentar global e para o desenvolvimento rural dos países parceiros no Sul Global. Para saber mais, clique aqui e aqui.



06 e 08 de abril de 2026 – Fortalecimento da Parceria Estratégica Brasil-Moçambique

O Brasil recebeu a visita oficial da Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, Verónica Macamo, consolidando o diálogo político de alto nível e a densa agenda de cooperação bilateral.

Em Brasília, a chanceler foi recebida pelo Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, para uma reunião de trabalho voltada ao aprofundamento das relações diplomáticas. O encontro, liderado pelo Ministro Mauro Vieira, focou na expansão de projetos de cooperação técnica e na coordenação política em fóruns multilaterais, refletindo o compromisso do Brasil em reafirmar suas alianças históricas com o continente africano.

Este movimento diplomático ocorre em um momento de convergência estratégica, dando seguimento à visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Maputo, em novembro de 2025, e à recente participação do Presidente de Moçambique na **COP30**, em Belém.

A visita do Presidente Lula reforça a saúde, a ciência e o desenvolvimento institucional como pilares centrais da parceria, alinhando as prioridades nacionais de ambos os países ao desenvolvimento sustentável e à equidade social.

No âmbito da diplomacia da saúde, a delegação moçambicana realizou uma visita técnica à Fundação Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro. As discussões, pautadas pelo fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde, abrangeram áreas como vigilância epidemiológica, formação de recursos humanos e a produção local de insumos estratégicos. Um destaque inovador foi apresentado pelo Diretor do Instituto Nacional de Saúde (INS) moçambicano, Eduardo Gudo, que propôs alinhar a sustentabilidade da "medicina verde" aos saberes tradicionais, buscando uma integração científica respeitosa e eficaz.

A **medicina verde** (muitas vezes usada como sinônimo de fitoterapia ou medicina baseada em plantas) é um campo da saúde que utiliza recursos de origem vegetal, como extratos, folhas, raízes e sementes, para a prevenção, alívio ou cura de doenças.

No contexto da cooperação internacional e da saúde pública (como nas discussões entre Brasil e Moçambique), o conceito é mais amplo e estruturante, dividindo-se em três pilares principais:

Sustentabilidade e Farmácia Viva

Diferente da indústria farmacêutica sintética tradicional, a medicina verde foca no uso de insumos que podem ser cultivados localmente. Isso reduz a dependência de importações e promove a soberania sanitária. Projetos de "Farmácias Vivas" incentivam que comunidades e hospitais cultivem suas próprias plantas medicinais com validação científica.

Validação Científica dos Saberes Tradicionais

O grande diferencial da medicina verde moderna não é apenas o uso da planta "porque funciona na tradição", mas a aplicação de rigor científico (estudos farmacológicos e clínicos) para identificar os princípios ativos. O objetivo é transformar o conhecimento ancestral em fitoterápicos seguros, com dosagem correta e sem contaminantes.

Medicina Tradicional e Complementar

A Organização Mundial da Saúde incentiva a integração da medicina verde nos sistemas nacionais de saúde, como o SUS no Brasil. Em países africanos como Moçambique, isso é crucial, pois grande parte da população utiliza a medicina tradicional como primeira linha de cuidado. A "medicina verde" atua como uma ponte que profissionaliza e sustenta essa prática dentro das normas de saúde pública. Para saber mais, clique aqui e aqui.



23 de fevereiro a 07 de março de 2026 - Soberania Alimentar e Inovação: A Parceria Embrapa-Moçambique

Esta ação ocorre em um momento de profunda revitalização das relações agrícolas entre Brasil e Moçambique, consolidando os compromissos assumidos na **Cúpula do G20** (sob presidência brasileira) e na **COP30**.

A Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária (**Embrapa)**, atuando na linha de frente da segurança alimentar, um dos pilares da política externa brasileira, projeta sua expertise para fortalecer a resiliência produtiva do parceiro africano.

O Solo como Base da Pirâmide Agrícola

A parceria foca na análise de solos, considerada a "base da pirâmide" para qualquer sistema agrícola produtivo. Moçambique está empenhado em modernizar seus laboratórios nacionais e capacitar técnicos locais, reconhecendo que o diagnóstico preciso da fertilidade da terra é o único caminho para evitar o uso ineficiente e oneroso de fertilizantes químicos. Sem essa base laboratorial, o custo de produção torna-se insustentável para o pequeno e médio produtor moçambicano.

Agricultura de Precisão e Mudanças Climáticas

Com o suporte técnico da Embrapa, Moçambique visa implementar gradualmente a agricultura de precisão. Esta abordagem é essencial para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, que têm gerado padrões irregulares de chuva em regiões críticas, como o Corredor de Nacala, que é um dos eixos logísticos e econômicos mais importantes do Sudeste Africano. Ele consiste em uma vasta rede de infraestrutura que interliga o porto de águas profundas de Nacala (no litoral de Moçambique) ao interior do país, chegando até o Malawi e a Zâmbia.

A aplicação de corretivos e nutrientes "na medida certa" não apenas reduz custos, mas preserva a saúde dos ecossistemas locais e garante colheitas mais estáveis em solo africano.

Cronograma e Sustentabilidade Institucional

O programa de capacitação, iniciado em fevereiro de 2026, foi estruturado para garantir a retenção de conhecimento. Após a fase inicial de nivelamento técnico, o segundo semestre de 2026 será dedicado à implementação de protocolos de Controle de Qualidade Laboratorial e ao intercâmbio de pesquisadores.

O objetivo final é a certificação dos laboratórios moçambicanos, permitindo que o país gere seus próprios mapas de fertilidade e diretrizes de adubação sem dependência externa.

Cronograma das Atividades

- **Início da 1ª Etapa (fevereiro de 2026):** Fase inicial de diagnóstico e primeiros treinamentos técnicos presenciais ou remotos.
- **2ª Etapa (Primeiro Semestre de 2026):** Consolidação das metodologias e intercâmbio de profissionais (período em que a cooperação está ativa agora).
- **3ª Etapa (Segundo Semestre de 2026):** Fase de acompanhamento, modernização final dos equipamentos e avaliação dos resultados nos laboratórios moçambicanos.

Para saber mais, clique aqui.

GRUPO DO G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)[1], Nairóbi (UNEP)[2], Paris (UNESCO)[3], Roma (FAO/IFAD)[4], Viena (UNIDO)[5] e Washington (G-24)[6].

Em 2026, o Uruguai assumiu a presidência pró-tempore, sucedendo o Iraque, que ocupou o cargo em 2025. Essa rotação segue o princípio geográfico do grupo, já que 2026 marca a vez do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) liderar a coalizão.

Destaques do G-77

24 de abril de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China durante a adoção do documento final do Fórum do ECOSOC sobre Financiamento para o Desenvolvimento de 2026

A declaração refletiu um posicionamento de cautela e firme cobrança menos de um ano após a adoção do Compromisso de Sevilha.

O grupo enfatizou que a transformação deste marco em realidade exige vontade política sustentada e a implementação eficaz de suas sete áreas de ação. Manifestaram profunda preocupação com o cenário econômico global frágil, agravado por tensões geopolíticas e, principalmente, pela contração real de 23,1% na Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) em 2025 que afetou desproporcionalmente os países de menor desenvolvimento relativo. Para o

[1] UNCTAD - Comércio de Desenvolvimento da ONU
[2] UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
[3] UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
[4] FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
[5] UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
[6] G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

grupo, fechar o déficit anual de 4 trilhões de dólares no financiamento dos ODS é uma urgência que não admite mais adiamentos.

No que tange ao setor privado, o Grupo reconheceu avanços na mobilização de capital e no fortalecimento de parcerias público-privadas alinhadas às prioridades nacionais. Já no comércio internacional, embora tenha visto com bons olhos o reconhecimento do papel do comércio Sul-Sul, o grupo criticou a falta de foco nos impactos negativos do protecionismo e das barreiras comerciais. Houve um apelo contundente para que os Estados-membros se abstivessem de adotar medidas econômicas ou financeiras unilaterais que violassem o direito internacional, reafirmando que o comércio deveria ser um motor de desenvolvimento e não uma ferramenta de pressão política.

A reforma da Arquitetura Financeira Internacional permaneceu como uma prioridade absoluta. O G-77 aplaudiu avanços como os Princípios Orientadores de Diriyah[7] para a reforma de cotas do FMI e o uso de Direitos Especiais de Saque (SDRs) para capital híbrido, mas insistiu que a governança econômica global deveria ser mais inclusiva, ampliando a voz dos países em desenvolvimento na tomada de decisões. Sobre a questão da dívida, o grupo recordou a necessidade de um processo intergovernamental sob a égide da ONU e projetou para o Fórum FfD de 2027 uma revisão abrangente sobre a sustentabilidade do endividamento soberano.

Por fim, a declaração encerrou com uma crítica direta ao processo de negociação do fórum. O grupo lamentou que o documento final tenha sido menos ambicioso e orientado à ação do que o esperado, atribuindo essa lacuna a um processo de consulta que considerou pouco transparente e com tempo insuficiente para discussões substantivas. Apesar das ressalvas e da sensação de que o resultado ficou aquém do que a situação global exigia, o G-77 e a China aderiram ao consenso em nome do fortalecimento do sistema multilateral, mantendo a expectativa de que as promessas de Sevilha se traduzam em resultados tangíveis que não deixassem ninguém para trás.

21 de abril de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na reunião especial de Alto-Nível do ECOSOC com as instituições de Bretton Woods

As Nações Unidas e o G-77 continuam a reforçar que o cenário global atual, marcado por crises múltiplas e sobrepostas, exige uma resposta urgente para proteger o desenvolvimento sustentável. Para as nações do Sul Global, a busca por soluções locais e resilientes é uma prioridade, mas o Grupo enfatiza que esses esforços nacionais não serão suficientes sem uma cooperação internacional robusta e o cumprimento de compromissos históricos de apoio financeiro.

Um ponto central é a implementação imediata do Compromisso de Sevilha, adotado em 2025. O G-77 e a China vêm este acordo como um pilar essencial para revitalizar a parceria global e viabilizar a Agenda 2030, servindo como uma estrutura equilibrada para mobilizar recursos financeiros, tanto domésticos quanto internacionais.

[7] Os **Princípios Orientadores de Diriyah** (*Diriyah Guiding Principles*) referem-se a um conjunto de diretrizes estabelecidas para orientar a **reforma das cotas do Fundo Monetário Internacional (FMI)**. Eles ganharam esse nome por terem sido articulados e consolidados sob a liderança da **Arábia Saudita** (Diriyah é uma cidade histórica e centro cultural próximo a Riade), especialmente no contexto das discussões de 2024 e 2025 que prepararam o terreno para as decisões de 2026.

No entanto, o Grupo ressalta que esse progresso é frequentemente freado pelo não cumprimento da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) e pela imposição de medidas coercitivas unilaterais, que limitam a capacidade de crescimento dos países em desenvolvimento.

Para que o sistema financeiro seja verdadeiramente equitativo, o grupo reafirmou a necessidade inadiável de uma reforma na arquitetura financeira internacional. Isso inclui:

- **Governança Global:** Ampliar a voz e a representação do Sul Global em instituições como o FMI e o Banco Mundial, garantindo que participem ativamente da definição de normas econômicas.
- **Gestão da Dívida e Liquidez:** Estabelecer uma arquitetura de dívida soberana mais justa, realizar a realocação urgente de Direitos Especiais de Saque (SDRs) e promover uma nova emissão desses ativos para os países em desenvolvimento.
- **Tributação e Crédito:** Fortalecer plataformas inclusivas na ONU para discutir cooperação tributária internacional, recapitalizar bancos multilaterais de desenvolvimento e racionalizar a atuação das agências de classificação de risco.

20 de abril de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China no debate geral do Fórum do ECOSOC de 2026 sobre financiamento para o desenvolvimento

CONTEXTO

O Fórum do ECOSOC sobre o Acompanhamento do Financiamento para o Desenvolvimento (FfD Forum) 2026 foi realizado de 20 a 24 de abril na sede da ONU em Nova York.

O Fórum se consolidou como um espaço estratégico para mobilizar investimentos e parcerias voltados ao desenvolvimento sustentável, priorizando a tradução de compromissos globais em ações nacionais concretas.

O foco principal foi o acompanhamento dos resultados da 4ª Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento realizado em Sevilha, em 2025. As discussões abordaram temas críticos como a sustentabilidade da dívida, a cooperação internacional e a mobilização de recursos públicos e privados. O evento contou com uma programação robusta, incluindo a Feira de Investimentos dos ODS de 2026 e reuniões especiais de alto nível com as instituições de Bretton Woods e a OMC.

A participação ativa do PNUD e do bloco G-77 e China foi fundamental para pautar o financiamento de ações climáticas e de desenvolvimento, tornando o fórum ainda mais crucial diante da recente e preocupante queda na Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA).

O G-77 e a China destacaram que o Fórum FfD de 2026 foi um marco importante para avaliar os compromissos assumidos em Sevilha (FfD4), e sua transformação em resultados tangíveis.

O Grupo enfatizou que, em Sevilha (FfD4), chegaram a um consenso sobre o processo de Financiamento para o Desenvolvimento (FfD) como a estrutura integradora para o financiamento do desenvolvimento sustentável, incluindo a Agenda 2030. O Compromisso de Sevilha só alcançará seu potencial se os países desenvolvidos, instituições de Bretton Woods, os

principais países credores e os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs) que controlam as engrenagens e as regras da arquitetura financeira internacional, tratarem este compromisso como um mandato obrigatório para alinhar suas ações ao desenvolvimento sustentável.

Em sua declaração, o G-77 e a China reconheceram avanços iniciais após a Conferência FfD4, porém, os Estados-Membros, o sistema das Nações Unidas e outros atores devem continuar a trabalhar em conjunto para promover compromissos voluntários, em paralelo com os resultados negociados. Iniciativas sobre transparência da dívida, financiamento concessional para países em desenvolvimento, incluindo para a ação climática, e financiamento em moeda local são bem-vindas, entre outras.

O Grupo expressou profunda preocupação com a fragilidade do cenário econômico global, exacerbada por tensões geopolíticas que desestabilizam cadeias de suprimentos e prejudicam os esforços nacionais de desenvolvimento.

A implementação eficaz do Compromisso de Sevilha é uma necessidade imperativa para fechar o hiato de financiamento de 4 trilhões de dólares anuais que sufoca o Sul Global. Neste contexto, o G-77 e a China classificaram como "inaceitável" a retração recorde de 23,1% na Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) ocorrida em 2025, instando as nações desenvolvidas a cumprirem urgentemente as metas de 0,7% do PNB para ajuda externa.

No que tange à reforma sistêmica, o Grupo reiterou a urgência de remodelar a arquitetura financeira internacional para que esta reflita as realidades contemporâneas, exigindo maior representação de voz e governança para os países em desenvolvimento no FMI e no Banco Mundial.

Sobre a crise da dívida, lembraram o compromisso de promover um processo intergovernamental na ONU para fechar as lacunas da arquitetura de dívida soberana e aliviar os custos de empréstimos que drenam as receitas públicas.

Por fim, o G-77 e a China ressaltaram o papel do comércio multilateral e da inovação tecnológica, incluindo a Inteligência Artificial, como motores de crescimento, ao mesmo tempo em que condenaram o uso de medidas coercitivas unilaterais.

O Grupo lamentou formalmente que o documento final do Fórum não tenha correspondido à ambição do documento de Sevilha, apontando tentativas de retrocesso em compromissos previamente acordados.

Concluíram, pedindo maior transparência e inclusão nos processos futuros, reafirmando sua disposição para um engajamento construtivo que assegure que nenhum país seja deixado para trás.

17 de abril de 2026 – Intervenção realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China nas consultas informais sobre o projeto de Declaração Ministerial para o Fórum de Alto Nível do HLPF do ECOSOC

O G-77 e a China avaliaram que o "rascunho zero" da declaração ministerial serviu como uma base útil para as discussões, embora tenham manifestado preocupação com a ausência de prioridades centrais para os 134 países do bloco. O Grupo lamentou formalmente que as negociações não tenham sido conduzidas linha a linha desde o início, defendendo que o formato de revisões sucessivas comprometeu a transparência e a construção de consenso.

Diante disso, o bloco solicitou o retorno ao método tradicional de negociação para assegurar o senso de apropriação dos Estados-membros sobre o documento final.

No plano das questões sistêmicas, o Grupo reafirmou a Agenda 2030 como o quadro universal para o desenvolvimento sustentável e enfatizou que a erradicação da pobreza permanece como o maior desafio global. Houve um esforço contundente em quantificar o hiato de financiamento dos ODS, estimado em 4 trilhões de dólares anuais para os países em desenvolvimento, sublinhando a necessidade de recursos previsíveis e acessíveis.

Adicionalmente, o bloco reiterou sua oposição firme a medidas econômicas coercitivas unilaterais, argumentando que tais ações violam o Direito Internacional e prejudicam a soberania nacional.

Quanto aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável específicos, o G-77 e a China apontaram lacunas críticas em diversas áreas.

No ODS 6 (Água), o Grupo criticou a falta de referências ao financiamento e aos desafios de desertificação e seca.

No ODS 7 (Energia) e no ODS 9 (Indústria e Inovação), a tônica foi a exigência de transferência de tecnologia e o fechamento do fosso digital.

Para o ODS 11 (Cidades), o Grupo destacou a crise de acessibilidade habitacional e a necessidade de alinhar o texto aos resultados do Fórum Urbano Mundial de 2026, lembrando que os países em desenvolvimento são os que mais sofrem perdas econômicas por desastres. A 13ª sessão do Fórum Urbano Mundial (WUF13) será realizada entre os dias 17 e 22 de maio de 2026, em Baku no Azerbaijão. O tema central será "Habitação para o mundo: Cidades e comunidades seguras e resilientes".

Na seção dedicada ao ODS 17 (Meios de Implementação), o Grupo instou os países desenvolvidos a cumprirem seus compromissos de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA), dada a tendência de declínio desses fluxos.

Defendeu-se o fortalecimento da cooperação Norte-Sul como catalisador fundamental, complementada pela cooperação Sul-Sul e triangular, especialmente em ciência e inovação.

Por fim, ao tratar das Revisões Nacionais Voluntárias (VNRs), o G-77 e a China defenderam um caráter mais inclusivo e participativo, solicitando maior apoio técnico e financeiro para que os países em desenvolvimento possam produzir relatórios baseados em evidências e dados robustos.

14 de abril de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na reunião de ministros e governadores do grupo intergovernamental dos 24 sobre assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

CONTEXTO

O G-24 e sua relação com o G-77

O **Grupo dos 24 (G-24)**, formalmente conhecido como o Grupo Intergovernamental dos Vinte e Quatro para Assuntos Monetários Internacionais e Desenvolvimento, foi estabelecido em 1971. Sua função principal é coordenar a posição dos países em desenvolvimento em questões monetárias e de financiamento do desenvolvimento, servindo como o braço técnico e

político desses países dentro das instituições de Bretton Woods — especificamente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Embora o G-24 seja um corpo independente, ele opera como um braço técnico e político do G-77, garantindo que os interesses do Sul Global sejam representados nas mesas de decisão financeira.

Sumário da Declaração: Financiamento e Reforma Sistêmica

Esta declaração tem um caráter de urgência diante de crises sobrepostas que ameaçam o desenvolvimento sustentável. O ponto central do documento é a defesa de soluções internas robustas, mas que sejam obrigatoriamente amparadas por uma cooperação internacional fortalecida.

O grupo enfatizou a implementação imediata do Compromisso de Sevilha, adotado em 2025 na 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4). Isso é considerado essencial para revitalizar a parceria global e atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Destaca-se que o financiamento deve vir de diversas fontes (nacionais e internacionais), mas o G-77 e a China criticaram de forma enérgica, o descumprimento das promessas de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA**)** e o impacto negativo de medidas coercitivas unilaterais que sufocam as economias do Sul Global.

O G-77 e a China**,** uma vez mais e, de forma contundente, insistiram pela reforma das instituições financeiras internacionais, lembrando que o G-24 exige uma mudança profunda na governança do FMI e do Banco Mundial para ampliar a voz e a representação dos países em desenvolvimento na tomada de decisões econômicas globais.

A reforma da arquitetura financeira "não pode mais ser adiada" e deve incluir:

- Criação de mecanismos mais justos para o tratamento de dívidas, com participação direta dos países devedores.
- Realocação urgente dos Direitos Especiais de Saque (SDRs) não utilizados e um novo aporte voltado para os países em desenvolvimento.
- Apoio à criação de normas fiscais internacionais dentro do contexto da ONU, visando um sistema mais inclusivo e eficaz.
- A necessidade de uma recapitalização expressiva desses bancos e uma revisão crítica do papel das agências de classificação de risco.

Por fim, o G-77 e a China reafirmaram seu compromisso inegociável com o multilateralismo e com a busca por uma ordem econômica internacional justa e equitativa.

O objetivo final permanece a erradicação da pobreza e a melhoria do padrão de vida no Sul Global, garantindo que as prioridades dos países em desenvolvimento deixem de ser periféricas e passem a ocupar o centro da governança global.

MOVIMENTO DOS PAÍSES NÃO ALINHADOS (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

O Gabinete de Coordenação é sediado na ONU, sendo o principal instrumento para dirigir o trabalho das forças-tarefa, comitês e grupos de trabalho do MNA. O trabalho diário do MNA é realizado por Grupos de Trabalho, em nome do Gabinete de Coordenação.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Destaques



24 de abril de 2026 – 1ª Conferência Internacional sobre Transição para Longe dos Combustíveis Fósseis.

A 1ª Conferência Internacional sobre a Transição para Longe dos Combustíveis Fósseis, realizada em Santa Marta, na Colômbia, foi considerada como um marco disruptivo na diplomacia climática de 2026.

Com o MNA assumindo o protagonismo estratégico, o evento simbolizou a crescente insatisfação do Sul Global com as estruturas tradicionais da ONU e a paralisia das COPs convencionais. Reunindo representantes de mais de 60 nações, o encontro elevou a descarbonização ao status de questão de soberania nacional e justiça financeira, estabelecendo as bases para uma "**Nova Arquitetura de Desenvolvimento**".

Esta proposta teve o objetivo de dissociar o progresso econômico da dependência do extrativismo predatório e do endividamento crônico que sufoca as nações em desenvolvimento. O argumento central é que a transição energética se torna financeiramente inviável sob as atuais taxas de juros e condicionalidades impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial.

Como alternativa prática, a conferência posicionou a troca de dívida externa por ação climática como a principal ferramenta de barganha política do bloco. Diferente das abordagens das nações desenvolvidas, o MNA priorizou o investimento em adaptação climática e na transferência de tecnologia proprietária, em detrimento de metas puras de mitigação que, muitas vezes, ignoram as necessidades de crescimento local.

O debate foi contundente ao denunciar o "neocolonialismo verde", criticando o modelo em que países ricos adquirem créditos de carbono de baixo custo enquanto extraem minerais críticos — como o lítio e o cobalto — sem agregação de valor ou industrialização nos países de origem. Em resposta, o **Consenso de Santa Marta** emergiu como um manifesto por uma transição justa, soberana e financiada por mecanismos que não aprofundem as desigualdades globais. O documento inovou ao estabelecer um Mapa do Caminho (Roadmap) em parceria com os Países Baixos, funcionando como uma ponte diplomática estratégica entre a COP30 e a COP31.

Essa parceria entre Colômbia e Países Baixos foi desenhada para que o país sul-americano lidere as demandas de soberania e justiça do Sul Global, enquanto a nação europeia atua como interlocutora técnico-financeira dentro da União Europeia. Espera-se que o Brasil utilize este tema como base para as discussões de Financiamento de Transição durante as reuniões preparatórias da COP31.

Um dos pontos técnicos mais fortes do Consenso foi a proposta de redirecionamento dos trilhões de dólares gastos anualmente em subsídios aos combustíveis fósseis para um "Fundo de Salto Tecnológico" voltado à agricultura de baixo carbono, conectando diretamente a transição energética à segurança alimentar.

Finalmente, o Consenso de Santa Marta foi enfático sobre as cláusulas de conteúdo local. O acordo rejeita a simples instalação de parques eólicos ou solares por empresas estrangeiras, exigindo que uma porcentagem da engenharia e das peças seja desenvolvida no país receptor. Ao vincular a transição energética à soberania tecnológica, o MNA assegura que o Sul Global deixe de ser apenas um mercado para tecnologias importadas e se torne um polo de inovação.

Em suma, a Conferência de Santa Marta não foi apenas um fórum para pleitear recursos, mas um movimento decisivo para alterar as regras do jogo comercial e tecnológico global.



21 de abril de 2026 – O Direito ao Desenvolvimento como Imperativo de Soberania: A Voz de Cuba no Mecanismo de Peritos

A intervenção da delegação cubana na 13ª sessão do Mecanismo de Peritos sobre o Direito ao Desenvolvimento ocorreu em um momento de profunda carga simbólica, coincidindo com o 40º aniversário da Declaração da ONU sobre o tema.

Cuba se posicionou não apenas como um Estado-membro, mas como um porta-voz das frustrações sistêmicas do Sul Global e dos princípios fundamentais do Movimento dos Países Não Alinhados.

O argumento central é que o desenvolvimento não é uma concessão discricionária ou um ato de benevolência, mas sim uma obrigação internacional e um direito humano inalienável que permanece asfixiado por uma arquitetura financeira obsoleta.

O discurso classificou a atual ordem econômica como um obstáculo estrutural permanente, alinhando-se à postura do MNA ao exigir o acesso incondicional ao financiamento e criticar as condicionalidades impostas pelas instituições financeiras tradicionais. Cuba defendeu a urgência de uma abordagem multidimensional para a crise da dívida, argumentando que o serviço desses débitos não pode continuar a comprometer investimentos sociais básicos em saúde, educação e infraestrutura, sob pena de inviabilizar a própria dignidade humana.

A delegação sugeriu que a eficácia da Agenda 2030 depende menos de auxílios externos e mais de uma integração técnica e política profunda entre os países em desenvolvimento, permitindo a conquista de autonomia tecnológica e soberania nas políticas públicas. O embaixador Soberón Guzmán foi incisivo ao denunciar o bloqueio econômico e as restrições de combustível impostas pelos Estados Unidos, enquadrando-as como ferramentas de "regressão deliberada" do bem-estar social.

Ecoando as declarações recentes do MNA sobre medidas coercitivas unilaterais, a denúncia destacou que tais sanções afetam desproporcionalmente os setores mais vulneráveis, paralisando a logística básica de serviços públicos e impedindo o cumprimento das metas nacionais de desenvolvimento. Ao final, a intervenção reafirmou que, para o Sul Global, a

verdadeira paz é indissociável da justiça econômica e que a reforma da governança global é uma necessidade de sobrevivência para as nações em desenvolvimento.

MOVIMENTO JOVEM DOS NÃO ALINHADOS (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.



16 de abril de 2026 – FÓRUM DA JUVENTUDE DO ECOSOC "Inovar, Unir e Transformar: A Juventude Moldando o Caminho para 2030".

Muito já se falou sobre o FfD Forum 2026 (financiamento para o desenvolvimento), na sessão do UNOSSC e G-77 deste informe.

O FfD Forum é um processo intergovernamental oficial, organizado e convocado anualmente pelo Conselho Econômico e Social da ONU – ECOSOC para discutir e apresentar a "prestação de contas" global. O objetivo foi verificar se as promessas de financiamento para a Agenda 2030 estão sendo cumpridas.

No âmbito do Fórum da Juventude do ECOSOC 2026, o **NAMYO** e a Assembleia Nacional das Organizações da Juventude do Azerbaijão (**NAYORA**) promoveram um debate estratégico sobre o nexo entre segurança e reconstrução. Apoiado pela Missão Permanente do Azerbaijão junto à ONU — que integra a Troika do MNA. O evento paralelo destacou o papel crucial da Ação Contra Minas na recuperação de áreas urbanas afetadas por conflitos.

A abertura, conduzida pelo Representante Permanente Adjunto do Azerbaijão, estabeleceu a premissa de que a segurança física do território é o pré-requisito indispensável para qualquer esforço de reconstrução e para o retorno seguro de populações deslocadas. Foi enfatizado o protagonismo dos jovens e a integração de tecnologias de ponta, como o uso de sensores avançados e mapeamento por satélite, para acelerar a desminagem e reduzir riscos humanos.

O Serviço de Ação Contra Minas das Nações Unidas (UNMAS) aprofundou o debate ao detalhar os desafios técnicos em ambientes urbanos densos, onde a presença de explosivos remanescentes de guerra paralisa a infraestrutura básica. A discussão evidenciou que a remoção de minas não é apenas um imperativo técnico, mas uma visão estratégica de longo prazo que exige solidariedade internacional e financiamento previsível.

Os delegados reforçaram que, para o MNA, a ação contra as minas é um componente essencial da paz positiva e do direito ao desenvolvimento. Áreas antes marcadas pelo conflito devem ser transformadas em espaços seguros para a vida social, educação e crescimento econômico, garantindo que o desenvolvimento não seja interrompido por legados de guerra.



19 de abrilde 2026 – [NAMYO recebe o Chefe de Gabinete do Ministério da Ciência e Educação da República do Azerbaijão.]

NAMYO recebeu o Chefe de Gabinete do Ministério da Ciência e Educação do Azerbaijão, para um diálogo de alto nível sobre o futuro do mercado de trabalho na era da IA em que foi explorando como a IA remodela o mercado, gerando desafios e oportunidades, e como os participantes podem influenciar as políticas.

CENTRO SUL

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global.

O Centro Sul realiza pesquisas voltadas para políticas públicas sobre questões-chave de desenvolvimento e apoia os países em desenvolvimento a participarem efetivamente de processos de negociação internacional relevantes para a consecução dos ODS.

O Centro Sul também oferece assistência técnica e capacitação em diversas áreas dentro do seu programa de trabalho. O Centro promove a unidade do Sul, reconhecendo a diversidade de interesses e prioridades nacionais.

O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. Em 2025, celebrou seu 30º aniversário.

Notícias

09 e 10 de abril de 2026 - [Conferência da ONU destaca impactos negativos de sanções unilaterais sobre a ação humanitária e pede soluções construtivas.]

Danish



O Palácio das Nações em Genebra sediou em abril de 2026 uma conferência dedicada a um tema crítico que raramente ocupa o centro dos debates multilaterais: o impacto humano das sanções econômicas impostas sem a autorização do Conselho de Segurança da ONU. No direito internacional, essas ações são classificadas como medidas coercitivas unilaterais (MCUs) e foram o foco principal do evento organizado pela Relatora Especial Alena Douhan, que encerrava seu mandato de seis anos em colaboração com a especialista em dívida externa Attiya Waris e o Grupo de Amigos para a Defesa da Carta da ONU.

A premissa que atravessou os dois dias de debates é politicamente carregada, defendendo que sanções unilaterais — como as aplicadas por potências ocidentais sobre países como Cuba, Venezuela, Irã e Síria — não atingem apenas governos ou elites, mas se disseminam por todo o tecido social. O debate buscou evidenciar como essas medidas afetam diretamente populações civis ao elevar a mortalidade infantil e materna, provocar a escassez de

medicamentos essenciais e bloquear o acesso a energia e alimentos. Além disso, foi discutido como o isolamento financeiro impede remessas de migrantes para suas famílias e dificulta a manutenção de infraestruturas básicas.

A conferência não se limitou ao diagnóstico dos danos, buscando sistematizar juridicamente essa cadeia de impactos para discutir mecanismos reais de responsabilização e reparação internacional. O evento reuniu países que, embora com ênfases diferentes, compartilham a experiência de estar no lado receptor das sanções ou de criticá-las como um instrumento de pressão geopolítica que fere a soberania e os direitos humanos fundamentais.

Ao final, o encontro consolidou a necessidade de tratar as medidas coercitivas não apenas como disputas diplomáticas, mas como uma questão de proteção humanitária urgente perante a comunidade global.

- **Cuba**: o presidente Miguel Díaz-Canel, em mensagem de vídeo, descreveu o bloqueio norte-americano como produtor de escassez aguda em energia, saúde e vida cotidiana e o enquadrou não como disputa política, mas como violação de direitos humanos. Cuba destacou os impactos sobre grupos vulneráveis, com aumento das taxas de mortalidade infantil e materna;

- **Irã:** representado pelo embaixador Bahreini, foi além e conectou as sanções à escalada militar. Argumentou que ao provocarem instabilidade econômica e social, as MCUs preparam o terreno para agressões armadas. O país pediu mecanismos vinculantes de reparação, incluindo um fundo internacional dedicado a indenizar os Estados afetados, proposta que não tem precedente no direito internacional vigente;

- **Venezuela:** após o levantamento parcial e condicionado de algumas sanções norte-americanas, o governo retomou operações econômicas essenciais e destinou US$ 300 milhões à proteção social das famílias. A mensagem implícita foi clara: os danos das sanções eram reais, sua remoção produziu efeitos imediatos;

- **Brasil:** o embaixador brasileiro não se alinhou ao discurso anti-ocidental predominante, mas enquadrou sua preocupação pela via humanitária: as MCUs não devem se tornar obstáculo à erradicação da fome, pauta central da presidência brasileira do G20 e da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza lançada pelo governo do Presidente Lula. Foi uma forma de criticar as sanções sem romper com os parceiros ocidentais do Brasil, e;

- **Indonésia:** as sanções secundárias, que pressionam bancos e empresas privadas de terceiros países a se afastarem de transações com os países sancionados, mesmo quando essas transações são completamente legais. Para países em desenvolvimento, isso cria restrições sistêmicas invisíveis que afetam acesso a crédito e financiamento.

A União Europeia, o Reino Unido e o Canadá caracterizaram suas próprias medidas como direcionadas, proporcionais e compatíveis com o direito internacional, e reconheceram os problemas de "excesso de conformidade" dos bancos, situação em que instituições financeiras recusam transações legítimas por medo de sanções secundárias, como desafios de implementação a serem gerenciados, não como falhas estruturais.

Enquanto os países do Sul Global pediam mecanismos vinculantes de responsabilização, os países ocidentais falavam em ajustes administrativos e isenções humanitárias mais eficientes. Um dos aspectos mais substantivos do encontro foi o balanço do trabalho normativo da relatora Douhan ao longo de seis anos. Ela sistematizou três conjuntos de Princípios Orientadores:

Sanções e direitos humanos; Ação humanitária em contextos de sanções, e Reparação e responsabilidade.

Esses documentos não têm força vinculante, mas representam a consolidação mais abrangente já feita sobre o tema no âmbito da ONU.

Sua sucessora, a palestina Zeina Jallad, assumiu o mandato em um contexto em que a guerra em Gaza, e as discussões sobre sanções a Israel por aliados do Sul Global, tornam o debate sobre MCUs ainda mais politicamente sensível. A pauta das MCUs é cada vez mais central para a coesão do Sul Global, superando até mesmo diferenças ideológicas entre seus membros.


SOUTH CENTRE

Input for the Special Rapporteur on the Right to Development

For the 2026 thematic reports to the Human Rights Council on "Participation in development" and to the United Nations General Assembly on "Peace for development"

South Centre*

April 2026

Background

The realisation of the right to development (RtD) remains an imperative for the global governance architecture. As established in the 1986 United Nations Declaration on the Right to Development, and articulated decades prior by pioneering Southern legal scholars, development is not a charitable concession but an inalienable human right.[1] The right to development is the necessary precondition for the realisation of all other human rights, inextricably intertwining individual dignity with collective self-determination. This shift changes the perspective from considering development solely as an economic indicator to a comprehensive approach where the human person is the focus, an active participant, and the main beneficiary.[2]

Contemporary global architecture has been marked by structural violence and inequality. Historically, international law, trade regimes, and global financial institutions have legitimised colonial models, sustaining a system of sovereign inequality.[3] The transition from direct colonial administration to neoliberal global governance has created a unified global economic space that routinely prioritises the mobility of transnational capital over

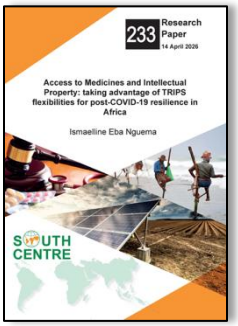
17 de abril de 2026 - [Contribuições do Centro Sul ao Conselho de Direitos Humanos sobre "Participação no desenvolvimento" e à Assembleia Geral das Nações Unidas sobre "Paz para o desenvolvimento".]

O Centro Sul apresentou sua mais recente contribuição ao Relator Especial da ONU sobre o Direito ao Desenvolvimento para os relatórios temáticos de 2026 sobre "Participação no Desenvolvimento" e "Paz para o Desenvolvimento".

O relatório destaca que o desenvolvimento não é uma concessão caritativa, mas um direito humano inalienável. Para superar a violência estrutural da atual ordem internacional, é defendido que:

- É necessário democratizar as instituições de Bretton Woods e o Conselho de Segurança da ONU para corrigir a sub-representação histórica da África, da América Latina e da Ásia;
- A transição de exercícios corporativos voluntários de "cumprimento de requisitos" para um Instrumento Juridicamente Vinculativo (IJV) que assegure a responsabilização extraterritorial das empresas transnacionais;
- Reformando o sistema de Solução de Controvérsias entre Investidores e Estados (ISDS), que atualmente prioriza os lucros corporativos em detrimento do espaço político necessário para o desenvolvimento e a justiça climática;
- Deva-se redirecionar uma parte dos US$ 2,7 trilhões gastos em atividades militares globais para os ODS e para reparações climáticas baseadas em doações, e;
- Seja reconhecido o conhecimento tradicional e indígena como evidência válida na formulação de políticas e garantir justiça reparadora para as desapropriações históricas.

ARTIGO DE PESQUISA



14 de abril de 2026 - **Acesso a medicamentos e propriedade intelectual: aproveitando as flexibilidades do TRIPS para a resiliência pós-COVID-19 na África.**

Ismaelline Eba Nguema

O apelo da Índia e da África do Sul pela suspensão provisória de patentes de produtos farmacêuticos teve o mérito de recolocar a questão do acesso a medicamentos e da saúde pública na agenda. No entanto, a dificuldade de conciliar o acesso a medicamentos e a propriedade intelectual envolve muitos fatores que não podem ser reduzidos apenas aos compromissos dos Estados-membros da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O objetivo do artigo é demonstrar que o uso efetivo das flexibilidades do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Acordo TRIPS) só é possível se os países africanos dispuserem de um arcabouço jurídico adequado, além das instituições judiciais que deveriam garantir a efetividade das normas adotadas.

Resumos de Políticas



17 de abril - **Rumo a um Sistema Operacional de Absorção e Resiliência de Patógenos: Implementando o Requisito de Igualdade de Condições do Artigo 12 do Acordo da OMS sobre Pandemias.**

Viviana Munoz Tellez; Nirmalya Syam

As negociações multilaterais sobre o sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS) permanecem em impasse. Conforme exigido pelo Artigo 12 do Acordo sobre Pandemias da Organização Mundial da Saúde (OMS), o anexo que operacionaliza o sistema PABS deve colocar em pé de igualdade o compartilhamento rápido e oportuno de Materiais e Informações de Sequências do PABS com o compartilhamento rápido, oportuno, justo e equitativo dos benefícios decorrentes do seu compartilhamento e utilização.

O Anexo deve incluir um quadro contratual padronizado que vincule todos os intervenientes na cadeia de PABS, um limiar mínimo de participação dos fabricantes para que as obrigações do país entrem em vigor e garantir que a partilha de benefícios não se limite a emergências pandêmicas.



15 de abril de 2026 - **Durante o período de moratória: o status das reclamações de não violação e de situação no âmbito do Acordo TRIPS após a MC14.**

Viviana Munoz Tellez; Nirmalya Syam

A 14ª Conferência Ministerial da OMC (MC14), realizada em Yaoundé, Camarões, terminou em 30 de março de 2026 sem prorrogar a moratória sobre reclamações de não violação e de situação (CNVS) no âmbito do Acordo TRIPS. Este documento argumenta que o término da moratória não torna as CNVS automaticamente aplicáveis a disputas no âmbito do Acordo.

Até que tal decisão seja tomada, as CNVs permanecem inaplicáveis às disputas relativas ao acordo TRIPS. Contudo, a menos que as implicações da não prorrogação sejam abordadas, isso poderá desestimular a adoção de medidas de interesse público por parte dos países em desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos (PMDs), que seriam plenamente legítimas ao abrigo do Acordo TRIPS.